

**“Acesso a Tecnologias, Capital e Mercados,
quanto à Agricultura Familiar x Agricultura Patronal”**

I

No Brasil, a agricultura familiar apresenta grande diversidade de características sócio-econômicas, refletindo diferentes contextos ecológicos, de comunicação com mercados, de desenvolvimento regional e de graus de integrações com outros setores econômicos.

Parte importante da agricultura familiar, principalmente no centro-sul (mas não só), está hoje integrada, em graus variáveis, aos sistemas de produção “modernizados”¹, que foram disseminados a partir da aceleração da industrialização do País e da conseqüente intensificação da integração da agricultura às indústrias e às grandes cidades, principalmente a partir da década de 60. Segundo Graziano da Silva²:

A modernização da agricultura consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60 (Graziano, 1996:30).

Com a modernização, os agricultores ampliaram as relações econômicas com os setores industriais. De um lado (a jusante), para realizar sua produção, compram de indústrias fornecedoras de máquinas, equipamentos, ferramentas, sementes, fertilizantes e agrotóxicos, que incorporam continuamente novas tecnologias nos campos da mecânica e dos insumos químicos e biológicos. De outro lado (a montante), ele vende a produção

¹ Considerando que quem toma financiamento rural de custeio termina adquirindo insumos e outros meios para a produção agropecuária, já que a indução à modernização está na base do crédito rural, o número de contratos de custeio do PRONAF, realizados apenas pelo Banco do Brasil na safra 2005/2006, indica neste ano agrícola um número aproximado de cerca de 750.000 agricultores familiares participando do mercado de insumos e serviços agrícolas. Este número cresceria se fossem considerados os agricultores familiares financiados pelos demais agentes financeiros e aqueles que adquirem insumos e serviços por meio de recursos próprios ou outras fontes.

² GRAZIANO DA SILVA, J. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. 2.ed.rev. Campinas, Unicamp.IE,1996.

obtida para um grande número de agroindústrias que transformam a matéria-prima agrícola e ofertam um grande número de produtos ao consumidor das cidades.

Incrementando esta relação entre os setores agrícola e industrial, aparece o sistema financeiro, alimento com crédito o funcionamento do complexo produtivo que foi se formando.

Em outros termos, a modernização da agricultura requer a existência de um sistema financeiro constituído (concretizado inicialmente no SNCR), para que possa ser viabilizada.....” (Graziano, 1996:26).

Este processo todo aprofundou a presença do capitalismo no campo e criou relações de produção complexas. Novos e importantes desafios se apresentaram para a agricultura familiar, frente a agentes econômicos poderosos com interesse no resultado do seu trabalho e nos recursos ambientais que utilizam.

De um lado, há a procura de matérias-primas pelas agroindústrias; de outro, a busca de mercado pelas indústrias de máquinas e insumos, muitas vezes aprisionado pela ação direta do Estado (como a concessão de crédito vinculado à compra de insumos modernos) (Graziano, 1996:33).

Grandes interesses econômicos industriais passam a ter muita influência sobre o agricultor, condicionando a técnica que utiliza, direcionando sua produção e determinando preços, o que resultou freqüentemente em importantes transferências de renda do agricultor familiar para o capital industrial e financeiro.

Antes da intensificação do processo de modernização da agricultura, as unidades de produção rural possuíam maior autonomia na obtenção dos recursos produtivos de que necessitavam.

...as fazendas, para produzir um determinado produto, tinham que produzir todos os bens intermediários e os meios de produção necessários, e ainda assegurar a reprodução da própria força de trabalho ocupada nessas atividades.

O complexo rural internalizava nas fazendas um 'departamento' de produção de meios de produção (insumos, máquinas e equipamentos),... assentado em bases artesanais, com o ferreiro, o carpinteiro, o pedreiro, o mecânico, o domador de animais, o seleiro, etc" (Graziano, 1996:7).

Ou seja, os recursos produtivos eram em grande parte auto-fornecidos, obtidos dentro da própria agricultura, através do uso de recursos ambientais disponíveis e das habilidades artesanais presentes nas comunidades. Com a industrialização, estes meios de produção passaram a ser fabricados e vendidos a partir das cidades, rompendo o processo de auto-fornecimento e tornando o agricultor em grande medida dependente do fornecimento das indústrias para produzir. Segundo José Eli da Veiga³:

"O capital industrial foi progressivamente se apropriando de elementos do processo rural de produção e reincorporando-os à agricultura como insumos ou meios de produção. Assim, o desenvolvimento capitalista da agricultura teve, como uma de suas principais características, a apropriação industrial de determinadas etapas do processo produtivo, em contraste com a transformação industrial de outras atividades rurais domésticas ou artesanais, como a tecelagem, por exemplo." (Veiga, 1991:178)

Entretanto, é importante lembrar, como já foi dito, que a agricultura familiar em todo o Brasil não possui este mesmo padrão de desenvolvimento do sistema de produção. Existem regiões em que o auto-fornecimento (de meios de subsistência e de meios de produção) ainda é bem presente e as relações com o mercado ainda muito incipientes. A ênfase dada aqui à agricultura familiar que vive os impactos da modernização, tem o propósito de fazer uma reflexão sobre a penetração do capitalismo no campo e seus efeitos diretos na renda da agricultura familiar.

³ VEIGA, J.E. O Desenvolvimento Agrícola – Uma Visão Histórica. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo:HUCITEC, 1991.

II

O resultado da modernização agrícola tem sido apropriado mais intensivamente pelos grandes proprietários de terras e por outros setores do grande capital. Isto não se deu, ao contrário do que freqüentemente se apregoa, por ser a grande exploração agropecuária mais eficiente economicamente do que a agricultura familiar, ou por força da regulação natural do mercado. Houve a presença forte do Estado, que optou prioritariamente, refletindo a sua composição política, pela criação e direcionamento de ações públicas voltadas para a modernização da grande propriedade.

Não há provas técnicas evidentes de que uma grande exploração tenha maior eficiência econômica que unidades menores de produção, ao ponto de se justificar um direcionamento de políticas públicas de modernização para a agricultura patronal.

Assim existem razões teóricas, freqüentemente confirmadas pela experiência prática, para que se suponha que, abaixo de um determinado tamanho, as firmas são pequenas demais para obterem o menor custo possível por unidade de produto; enquanto que, acima de outro, elas podem ser grandes demais e usam seus recursos de maneira menos econômica do que usariam se fossem menores (Veiga, 1991:183).

E Bousard vai longe nesta questão do tamanho. Afirma que os grandes estabelecimentos agrícolas são encontrados em nações que os montaram por razões ideológicas, em países com forte herança feudal e em certas regiões dos Estados Unidos, como a Califórnia. E lamenta que a idéia de que os custos sejam mais baixos quando o tamanho é avantajado esteja tão solidamente instalado no cérebro dos economistas. “Isto estaria levando muitos governos a adotarem inúteis políticas para favorecer o desenvolvimento de gigantescas empresas agrícolas (Bousard, 1987:88-103)” (Veiga, 1991:185)

Por outro lado, a história tem provado que a agricultura familiar se modernizou e se consolidou nas economias desenvolvidas, “mostrando que as duas formas

fundamentais de produção – a patronal e a agrícola – se equivalem em termos de eficiência técnica” (Veiga, 1991:190)

Durante muito tempo, muita gente achou que a agricultura caminharia, como a indústria, no sentido do fortalecimento da forma patronal em detrimento da forma artesanal.....Mas o que aconteceu foi o inverso. Durante o grande impulso do desenvolvimento capitalista (meados da década de 1930 ao início da década de 1970) foi a agricultura familiar que acabou se afirmando em todos os países do chamado Primeiro Mundo... (Veiga, 1991:188)

III

A industrialização e a modernização da agricultura no Brasil não foram resultado apenas da ação espontânea de mercado. Deve-se considerar a presença fundamental do Estado na regulação e no direcionamento do processo.

A regulação e o direcionamento das políticas públicas para o complexo agroindustrial no Brasil atendeu estrategicamente à grande propriedade rural, às indústrias e ao capital financeiro. Muitos dos agricultores familiares que foram totalmente excluídos destas políticas, não puderam reestruturar seus processos produtivos, perderam terras e foram proletarizados.

Outros agricultores familiares que conseguiram participar da modernização têm que enfrentar interesses econômicos poderosos que lhes drenam a renda, tanto a jusante como a montante da sua produção, e lhes causam instabilidade econômica. Falta a intermediação do Estado para regular as relações entre os agentes econômicos e gerar políticas suficientes para desenvolver de forma consistente a agricultura familiar.

De novo a história de países desenvolvidos mostra que a construção de um projeto nacional para o desenvolvimento da agricultura familiar é possível se for esta a opção da sociedade e se o Estado se colocar a serviço deste projeto. Conforme afirma Veiga:

O que é nítido, entretanto, é a mudança de comportamento dos governos dos países capitalistas com relação à agricultura familiar, a partir da década de

1920. Se até ali eles haviam hesitado muito entre o incentivo à difusão do modelo inglês (grande fazenda) e o apoio à agricultura familiar existente (que em grande parte ainda era “camponesa”), a partir de então passam a colocar à disposição da agricultura familiar todos os meios que ela necessitava para poder se desenvolver. Montam uma imensa estrutura de apoio que vai da pesquisa à organização dos mercados, passando pelas mais diversas formas de assistência técnica, financeira, educacional, previdenciária, habitacional etc, com o objetivo estratégico de transformar as unidades camponesas em estabelecimentos familiares, não só viáveis, mas altamente eficientes em termos de respostas a uma das exigências básicas do processo de industrialização: alimentação farta e barata as crescentes populações urbanas” (Veiga, 1991:189)

A políticas agrícolas no Brasil ainda estão longe deste rumo estratégico, mas a luta organizada do agricultor familiar tem feito crescer as esperanças de que isto venha a se concretizar. Nos últimos anos, principalmente após a redemocratização do País, em 1985, os movimentos sociais no campo têm conquistado espaços no Estado para o desenvolvimento de políticas específicas para a agricultura familiar. Um primeiro marco importante neste processo foi a criação, por Decreto Presidencial, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996.

Outra importante sinalização recente que abre novas perspectivas de influenciar o Estado na direção de uma política consistente e de longo prazo de estímulo à agricultura familiar foi a aprovação da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/06), em julho de 2006.

Por fim, como mais um elemento de análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, vale registrar ainda o crescimento do movimento pela agricultura ecológica, que ao longo prazo poderá introduzir elementos técnico-produtivos novos que levem a uma rediscussão de algumas “verdades” da revolução verde, que ensejou o processo de modernização da agricultura.

Zeke Beze

Assessor Política Agrícola -CONTAG

Julho/06